

O KAABU E OS SEUS VIZINHOS: UMA LEITURA ESPACIAL E HISTÓRICA EXPLICATIVA DE CONFLITOS

*Carlos Lopes**

Introdução

Na definição dada pelos geógrafos, o espaço pode ter três dimensões: uma, determinada por um sentido absoluto que é a coisa em si e é o espaço dos cartógrafos com longitudes e latitudes, ou quilômetros quadrados; uma segunda, que liga este primeiro espaço com os objetivos que ativam as suas ligações e perspectivas; e, por fim, uma terceira que interpreta as relações entre os objetos, e as relações multiplicadas que estes criam entre si. Por exemplo, um hectare no centro de uma cidade não tem a mesma dimensão assumida pelo mesmo espaço numa zona rural, pois este último não possui toda a complexidade das representatividades multiplicadas. O paradigma atual pretende que sem uma organização do espaço não existe processo de mobilização das forças produtivas.¹

A relação entre espaço e território é muito complexa, visto que o primeiro não tem a força de fixação do segundo. Na interpretação sociológica e histórica de espaço o que se pretende sublinhar é o poder das

* Doutor em História da Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne. Argumentos deste texto estão tratados de forma mais alargada em meu livro *Kaabunké. Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

¹ Akin Mabogunje, *The Development Process. A spatial perspective*, Londres, Hutchinson / University Library, 1984.

influências, e indiretamente admitir que estas nem sempre podem ser redutíveis ou compactadas num território. É, pois, uma noção do espaço que vai para além da física imposta pelo conceito de território. Território normalmente está associado ao exercício de um poder com características centralizadoras e é por isso que o Estado, como forma centralizadora de poder que é, define-se sempre a partir de um território.

As leituras modernas sobre a historiografia africana são muito influenciadas pelos debates da multidisciplinaridade e, sobretudo, pelas influências crescentes da sociologia e do questionamento antropológico. A partir das interrogações sobre a etnicidade bem representadas no volume de Amselle e M'Bokolo, desenvolveram-se teorias que militam em favor da relativização das classificações, tipologias e outros instrumentos metodológicos que influenciaram não só a etnologia, mas também a historiografia sobre a África.² Em contrapartida no terreno da lingüística faziam-se progressos importantes em direção oposta, militando a favor de leituras mais complexas e de influências multifacetadas, permitindo agora considerar novas fórmulas de apreciação das estruturas políticas e sociais africanas.

Este movimento ainda com parâmetros mal definidos a que Amselle chama de “lógica mestiça”, em contraponto à lógica etnológica, oferece uma leitura refrescada dos acontecimentos que marcaram a história africana. Segundo Amselle, “enquanto antes da conquista colonial não existia senão uma continuidade relativamente hábil de esquemas e práticas culturais no conjunto das sociedades, num eixo ligando a Europa à África, podemos considerar que, por exemplo, a confrontação francesa com os tuculores contribuiu para acentuar a coerência e as diferenças das duas culturas”.³ Ou seja, a consolidação das diferenças faz-se pelo próprio percurso histórico, o que pela lógica implica uma dinâmica de mudanças que se adapta mal a fixações rápidas: o que hoje existe pode ser completamente posto em causa amanhã. Na mesma interpretação o que ontem parecia fundamental pode hoje ser irrelevante ou marginal.

² Jean-Loup Amselle e Elikia M'Bokolo (eds.), *Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et Etat en Afrique*, Paris, La Découverte, 1985.

³ Jean-Loup Amselle, *Logiques métisses. Antropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*, Paris, Payot, 1990, p. 12.

A região a que este texto se refere provavelmente deve o seu nome a André Álvares de Almada, que nos finais do século XVI nos brindou com um relato detalhado sobre esta costa extrema ocidental do continente africano.⁴ Segundo Pélissier, a designação desta região não é de maneira nenhuma isenta de polémica, já que mesmo o espaço de Rios de Guiné do Cabo Verde compreende toda a costa desde Gorée até Serra Leoa nos séculos XV a XVII.⁵ O espaço que é objeto deste texto corresponde à definição de Rios de Guiné do Cabo Verde tal como entendida a partir do século XVIII, ou seja, a zona compreendida entre os rios Gâmbia e Nunes, que também corresponde aos limites costeiros da influência do Kaabu, como veremos mais adiante. Esta sub-região tem características ecológicas muito específicas, com terrenos de sedimentação recente, incluindo grandes extensões de mangue, sulcados por grandes vias fluviais de água salgada. Os grandes rios Gâmbia, Casamance, Cacheu, Geba e Corubal têm as suas origens nos contrafortes do Futa-Jalom, constituindo assim um espaço diferenciado daquele que existe a norte e a sul desta sub-região.

Este texto tenta fazer uma leitura das relações espaciais, em contraponto às especificamente temporais, na zona de influência do Kaabu.

Kaabu, descoberta historiográfica recente

Desde 1972, por ocasião do I Congresso dos Estudos Mandingas, organizado pela *School of Oriental and African Studies*, de Londres, os historiadores especializados no Mandé voltaram as suas atenções para a paradoxal descoberta historiográfica do Kaabu, importante Estado do Sudão Ocidental.⁶ Desde então se multiplicam trabalhos, teorias, con-

⁴ André Álvares d'Almada, *Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde*, 2ª ed., Lisboa, [s.n.], 1964

⁵ René Pélissier, *Naissance de la Guiné. Portugais et africains en Sénégambie (1841-1936)*, Orgeval, Pélissier, 1989.

⁶ O Mandé é uma região do Sudão Ocidental, em torno do alto curso do rio Níger, onde floresceu o Estado do Mali. Nas línguas dessa região o sufixo “nké” (“nquê” na transcrição para o português) ou “nka” representam a ideia de integração e território, “o país de” ou “o povo de”, como por exemplo “mandenka” que, obviamente, está na origem da terminologia “mandinga”, “mandinka”, “mandingue”. Outros exemplos podem ser assinalados para todos os povos mandingas ou influenciados por estes, como por exemplo kaabunquê, soninquê, jakaquê, futaquê. Os termos “mandinga” e “malinquê” são usados muitas vezes como sinónimos.

gressos e outras tentativas de valorização do conhecimento desta importante estrutura política. Recentemente foram publicados trabalhos de importância considerável para um melhor conhecimento do Kaabu, completando assim as pesquisas já divulgadas de pioneiros como Cissoko, Sidibé e Mané.⁷ Do conjunto destes trabalhos ressalta o fato de que o Kaabu merece ser considerado como o verdadeiro herdeiro da tradição guerreira do Mali, que continua a representar o apogeu em termos de estruturação política dos mandingas. O conhecimento sobre o Mali é vasto, e na sua vertente política, muito útil para compreender o Kaabu, já que toda a estrutura da “mansaya” (poder político), bem como a hierarquização social malinquê, foi transmitida ao Kaabu que começou por ser um Estado vassalo deste, governado por um “farim”, o Farim Cabo, o qual por sua vez acabou por se autonomizar. A gênese do Kaabu está igualmente associada à epopéia de Tiramakhan Traoré, que teria sido enviado pelo “mansa” (rei, governante) do Mali para conquistar as terras do oeste.

O Kaabu parece ter sido governado sempre por uma classe nobre, os “nyantio”, cujos patrônimos Sané e Mané, bem como a sucessão matrilinear,⁸ denotam diferenças importantes em relação à influência islâmica e patrilinear prevalecente no Mali, na altura do estabelecimento do Kaabu. Esta singularidade contribui sobremaneira para identificar no espaço de influência do Kaabu uma dinâmica religiosa e cultural diferente da do Mali, embora tomando emprestado deste o essencial da hie-

⁷ Djibril Tamsir Niane, *Histoire des Mandingues de l'Ouest*, Paris, Karthala-Arsan, 1989; Jean Girard, *L'Or du Bambouk. Une dynamique de civilisation ouest-africaine. Du royaume de Gabou à la Casamance*, Genebra, Georg, 1992; Lopes, *Kaabunké...*; Sekéné Mody Cissoko, “Introduction à l’histoire des Mandingues de l’Ouest, L’empire du Kabou (XVI-XIX siècle)”, *Congrès d’Études Mandingues*, I, Londres, 1972; Cissoko, “La royauté (Mansaya) chez les Mandingues Occidentaux d’après leur traditions orales”, *BIFAN*, v. XXXII, serie B, n.º. 2 (1969), pp. 325-338; Cissoko “De l’organisation politique du Kaabú”, *Ethiopiennes*, n.º. 28 (1981), pp. 195-266; Mamadou Mané, “Les origines et la formation du Kaabu”, *Ethiopiennes*, n.º. 28 (1981), pp. 93-104; Mané, “Contribution à l’Histoire du Kaabu, des origines au XIXe siècle”, *BIFAN*, v. XL, serie B, n.º. 1 (1976), pp. 87-159; Bakary K. Sidibé, “The Story of Kaabu: its extent”, *Congrès d’Études Mandingues*, I, Londres, 1972.

⁸ Os nomes malinquê Traoré, Keita, Kourouma etc., foram substituídos por patrônimos de origem local, sobretudo bainuk, tais como Sané e Mané para Traoré, Sana ou Sanhá e Manjan para Keita. Outros nomes incluem Sonko, Jasi ou Djassi, Cissé, Touré, Dyabi, Dabó etc.

ALTA GUINÉ: DA GÂMBIA À SERRA LEOA



As rotas comerciais em direção à costa. In: Mouser, *Trade, coasters and wasters and conflict in the Rio Pongo*.

rarquia e da estrutura social, incluindo a presença importante dos “nyamakala”⁹ e dos “dyula”.¹⁰

A grande justificação para o desenvolvimento do Kaabu foi sem dúvida o deslocamento dos circuitos comerciais trans-saarianos para a costa, incluindo a dinamização de um novo comércio de cabotagem, essencialmente baseado em produtos locais. No entanto, a principal mercadoria que permitiu ao Kaabu desfrutar de um poder considerável foi sem dúvida a escravaria, associada ao fato deste Estado ter conseguido impor-se como intermediário essencial junto aos europeus, e mais tarde também aos afro-portugueses. Através da história do tráfico de escravos é possível esboçar uma periodização da importância do Kaabu, confundido, freqüentemente, nas fontes escritas, com apenas um subsidiário do poder mandinga ou representado por estruturas políticas vassalas. Assim se compreende que muitas vezes na cartografia disponível exista uma confusão entre as fronteiras do Mali, do Kaabu e poderes tributários destes, sobretudo porque junto à costa os europeus tinham a sensação de estarem lidando com poderes que tinham influência no sertão. Ora, a realidade era exatamente contrária.

Segundo Niane, é possível dividir a história do Kaabu em quatro etapas diferentes:¹¹

- um período pré-mandinga que se estende até ao século XIII, em que prevalecem tradições fundamentalmente bainuk, mas também de outros agrupamentos, tais como os balanta, byafada e brame. Desenvolvem-se técnicas agrícolas, nomeadamente a rizicultura de água salgada, e pratica-se um animismo sem influências islâmicas;

⁹ Os “nyamakala” ou “nyamakalaw” ocupavam as estruturas intermédias do poder mandinga, representando a classe dos artistas e profissões especializadas, tais como os ferreiros por exemplo. Devido à sua forte endogamia e aos papéis específicos desempenhados na sociedade foram associados a um sistema de castas, atraindo dessa forma a curiosidade, não só dos cronistas da época, mas também dos investigadores contemporâneos.

¹⁰ Os “dyula”, ou “jila”, ocupavam também uma função necessária e importante, a de controlar os circuitos comerciais e dessa forma contribuir para um sistema de administração de tributos. As “mansayas” normalmente dependiam do comércio de longa distância para a sua sobrevivência. Os “jilas”, devido às suas fortes redes de comércio, estavam expostos a influências inovadoras, tais como a adesão ao Islã, e foram elementos importantes na disseminação dos valores muçulmanos.

¹¹ Niane, *Histoire des Mandingues*, pp. 30-32.

- um período de dominação malinquê, cujo início se situa à volta de 1240 com a expedição de Tiramakhan, e que termina com o declínio do Mali nos finais do século XVI, e seu desaparecimento no século XVII, provavelmente por volta de 1650. Este período de crescimento da influência do Farim Kaabu permitiu a constituição dos “nyantio”, o estabelecimento de Kansala como capital, e o desenvolvimento do comércio costeiro e do tráfico de escravos;

- o Kaabu independente teria o seu apogeu no século XVIII, mais propriamente depois do desaparecimento do Mali, até 1790, coincidindo com o abolicionismo. Torna-se óbvio que a grande importância do Kaabu corresponde ao período em que mais domina o tráfico de escravos;

- finalmente, a partir dos fins do século XVIII, princípios do século XIX, esboça-se um declínio muito rápido, com os poderes tributários a ganharem uma autonomia crescente, sobretudo os situados junto à costa. É também o período dos levantamentos fula, cujas alianças com os colonizadores europeus contribuirão sobremaneira para um recrudescer das lutas intestinas, que vão minar completamente a autoridade do Kaabu-Mansa-Ba, representante de um poder que já tinha sido importante e que passará de marginal a inexistente por volta de 1867, altura em que o assalto final a Kansala permite pôr fim à epopéia kaabunquê.

Através da genealogia dos Kaabu-Mansa-Ba, tal como reproduzidas pela tradição oral, é possível recuar até ao século XVIII. Também, a descrição das várias formas de controle do território permite situar com precisão o apogeu do Kaabu nesse mesmo século. No entanto, as descrições mais completas vindas das fontes escritas são anteriores a este período, o que mais uma vez recomenda prudência na interpretação das fontes e nas classificações rápidas e cronológicas que normalmente os historiadores tem preferência em fazer.

As seqüelas do tráfico de escravos contribuíram para uma grande pressão demográfica e provocaram grandes movimentos de população que explicam a fragilidade dos poderes locais e a forma atomizada como eles vão reagir às primeiras tentativas de ocupação do sertão por parte dos colonizadores, no último quartel do século XIX. É interessante verificar que apenas as etnias com forte influência islâmica estarão à altura de propor formas integradas de resistência à penetração colonial, sendo estas muitas vezes, pelas mesmas razões, transformadas facilmente em aliadas.

O DECLÍNIO DOS KAABUNKÉ



A Senegambia e a parte considerada Fulado, em 1880. In: Hawkins, *Conflict, Interactio and Change in Guinea-Bisseau*.

Controle territorial

O arqueólogo Jean Girard oferece-nos a primeira tentativa de justificação do controle territorial kaabunquê através do recurso a dados arqueológicos.¹² A importância do seu estudo é baseada no fato de que ele utiliza como ponto de partida a tradição oral, e fá-lo de uma forma minuciosa, demonstrando as contradições muitas vezes presentes nas várias versões. Não deixa, no entanto, de nos dar a conhecer a panóplia de elementos que permitem situar com clareza alguns dos dados importantes para a história do Kaabu. É assim possível reconstituir a dinâmica desta civilização e uma vez mais provar que o controle territorial foi exercido de forma bastante atomizada.

A árvore das palavras é uma tradição antiga e simbólica.¹³ O que os kaabunquê vão fazer é aumentar este simbolismo através de uma estrutura formal, com o alargamento da administração e introdução de formas de organização centralizadas. Novas funções sociais e políticas serão centradas num conjunto de territórios-chave, o núcleo de províncias “nyantio”, alargando, de forma mais supérflua e por círculos concêntricos de influência mais ou menos efetivos, outras províncias e territórios, numa típica pirâmide de dependências tributárias. Todos reconhecerão ao Kaabu-Mansa-Ba direitos econômicos, administração da justiça e responsabilidades militares. Os habitantes destes territórios serão considerados súditos do Kaabu-Mansa-Ba e por implicação os seus laços de parentesco, tradicionalmente determinantes das relações de dependência, passarão agora a ter também uma base territorial. Tratava-se de uma grande mudança nas relações de poder destas sociedades, o que explica a introdução de uma estrutura de proteção entre os “nyantio”, através de uma forma de controle ideológico e simbólico. O exército do Kaabu-Mansa-Ba não se encontrava muito aperfeiçoado, limitando-se o governante a mobilizar os exércitos dos diferentes “mansa” ou “farim” em ocasiões especiais, quando o Kaabu estava engajado numa expedi-

¹² Girard, *L'Or du Bambouk*.

¹³ A forma de consulta entre homens adultos, sobretudo entre anciãos, era uma prática de compromisso coletivo e construção de consenso baseado na sabedoria do longo prazo. Como essas reuniões comunitárias se faziam na sombra de uma grande árvore, representativa da longa duração e da firmeza, este sistema ficou conhecido em muitas partes da África como a árvore das palavras.

ção militar. Normalmente os “mansa” contentavam-se em receber a parte que lhes cabia nas capturas então verificadas, particularmente os “kanta-mansa”.¹⁴

A mira do comércio do Mali e a insegurança causada pelos caçadores de escravos recomendavam a disseminação do poder militar, que na tradição malinquê era bem mais centralizada. As aldeias tornaram-se sistemas de autodefesa, com uma ocupação descontínua do território. Em todo o Sudão Ocidental vai-se verificar o desenvolvimento de pequenas aglomerações agrárias com sistemas de defesa comum. Este sistema vai alterar completamente as técnicas de guerra, que a pouco e pouco se tornam mais defensivas, assumindo, as ofensivas, a forma de operações de cerco. É evidente que este sistema dava muito mais poder ao chefe de aldeia, que exercia um controle militar do espaço, tanto maior quanto maior era a sua força, pois podia oferecer a sua proteção às aldeias circundantes. Este sistema evoluía em espiral até o mais poderoso.

O Kaabu era um Estado instalado na base desta estrutura e as suas diferentes províncias dispunham de um elevado nível de independência – elas não passavam de fato de grandes aldeias ou cidades agrárias – e dependiam em espiral do Kaabu-Mansa-Ba, que era quem podia oferecer mais proteção, na medida em que controlava o mercado de escravos e as alianças com os mercadores “dyula”. Por outro lado, a estrutura de classe e sobretudo os princípios orientadores do sistema “nyantio” asseguravam ao Kaabu a necessária complementaridade às suas atividades políticas descentralizadas, visto que os laços de solidariedade eram reais e baseados em interesses de sangue.

André Donelha explica-nos em 1625 que os malinquê controlavam todo o sertão. Segundo ele o território de Mandimansa estava dividido nas seguintes quatro regiões e “farins”: Kaabu, Brasu, “Concho” e

¹⁴ No Kaabu os “mansa” vassalos de Kansala posicionados nos extremos do território sob o controle do Kaabu-Mansa-Ba eram denominados “kanta-mansa”, e tinham por objetivo vigiar as fronteiras. Os “kanta-mansa” não eram necessariamente mandingas. Tiravam partido da sua posição estratégica para guerrear os vizinhos com vistas à obtenção de escravos para o tráfico. Parece que os “kanta-mansa” nem sempre respeitavam as ordens do Kaabu-Mansa-Ba, inventando desculpas para não participar em certas expedições. Alguns tentavam ou conseguiam tornar-se independentes por períodos de tempo, o que provocava conflitos no seio da “mansaya”. A tradição oral nos dá conta destes conflitos de autoridade que também estarão na origem do fim do Kaabu.

“Caputa”. De acordo com a sua descrição o Farim-Kaabu “é senhor de todos os reis dos Mandingas, que são muitos, dos Jalofos, Berbecins e outros reis diversos ao norte” de Kantor.¹⁵ Este é um dos vários reconhecimentos da eficácia do sistema de controle instalado pelo Kaabu.

As três grandes influências políticas sobre o Kaabu

Seria moroso, embora apaixonante, passar em revista o conjunto das influências políticas que influenciaram o espaço kaabunquê. Este texto limita-se a chamar a atenção para as três grandes influências que marcaram a vida e a evolução do Kaabu:

- a influência do Mali, de quem o Kaabu começa por ser um Estado vassalo e de quem herda o essencial da sua estruturação política e social;

- a costa, com a presença a partir do século XV dos europeus, que depois se vai desdobrar em vários interesses estratégicos distintos como são os dos lançados, afro-portugueses, cabo-verdianos e grumetes.¹⁶ O desenvolvimento de uma dinâmica de poder à volta das feitorias e praças-fortes na costa dos Rios de Guiné vai representar uma aliança e ameaça permanente para o poder do Kaabu. À medida que se reforça a divisão social entre grumetes e gentio, e em que os concorrentes europeus se aliam para combater juntos os poderes locais autóctones, vai-se gerar uma relação diferente entre a costa e o Kaabu;

- entre os vários grupos e interesses locais o que mais se destaca na contestação ao poder e influência kaabunquê são os fulas. Desde as incursões dos Tenguela os únicos contestatários organizados da autoridade kaabunquê eram os fulas.¹⁷ Com o desenvolvimento de um poder

¹⁵ André Donelha, *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, Lisboa, JICU / Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1977. Mandimansa era o título do rei do Mali.

¹⁶ Os lançados ficaram assim conhecidos por serem os aventureiros que tentavam fazer comércio dentro do sertão e na medida do possível independentizar-se do controle das autoridades representativas da Coroa portuguesa. Existe uma polémica sobre se se tratavam de perseguidos, ex-prisioneiros ou outros forçados a ir para a África por razões religiosas. O que é certo é que o seu papel foi de suma importância para a consolidação do comércio de cabotagem. Já os grumetes eram os autóctones associados a funções secundárias junto aos colonizadores.

¹⁷ No fim do século XV os fulas desta sub-região encontraram um chefe de envergadura excepcional, Tenguela-Ba, vindo do Macina, onde era um chefe de guerra. Estabeleceu-se em Paquise e assim que terminou os preparativos para uma guerra de ocupação conseguiu chegar ao Senegal contornando o

considerável pela confederação fula do Futa-Jalom, a partir do século XVIII, esta influência futanquê vai finalmente começar a ameaçar os mandingas e o seu domínio do Kaabu.

Num trabalho monumental sobre o período de 1841 a 1936, que coincide com o desaparecimento do Kaabu e a afirmação fula, o historiador René Pélissier dá-nos conta da impressionante fragmentação do poder mandinga, que praticamente desaparece das preocupações dos responsáveis dos presídios e feitorias da costa dos Rios de Guiné do Cabo Verde, enquanto se multiplica o número de pequenas estruturas políticas independentes que opõem uma feroz resistência à ocupação territorial por parte das potências europeias.¹⁸

A teoria dos espaços aplicada ao Kaabu

Como sublinha Yves Person, o Kaabu foi certamente o primeiro Estado de tradição sudanesa com uma estrutura de poder por famílias de linhagens.¹⁹ Porém, o aparecimento do sistema “nyamakala” e a criação da aristocracia “nyantio” constituíram feitos consideráveis para este espaço do Sudão Ocidental. Por outro lado, o comércio de longa distância e o fato de o Islã ser minoritário contribuíram para que uma parte do patrimônio do Mali passasse para o Kaabu. O Kaabu parece ter sido uma família de Estados cujo centro, Kansala, constituía simplesmente um dos expoentes.

As populações do vale rodeado pelos grandes rios que nascem no Futa-Jalom parecem pertencer a duas tradições: uma oeste-atlântica e a

Kaabu pelo leste. Atravessou o rio Senegal com o seu exército e conquistou metodicamente o Bambuk e o reino de Diarra. Mais tarde o seu filho Koly Tenguela continuou as incursões do pai e, para não inquietar os chefes mandingas, deslocou-se mais para sul, estabelecendo as suas bases em Telimele, transformando este num lugar inexpugnável, a partir do qual dominava os planaltos à volta do Futa-Jalom, essenciais para a pastorícia fula. A influência de Koly Tenguela esteve na origem da criação de uma personalidade política para o Futa-Jalom que se afirma desde o século XVI, muito embora nesta zona os fulas fossem uma minoria. Através do recrutamento de vários grupos de pequena dimensão para o seu exército, os fulas começam a constituir-se em poder guerreiro, ameaçador para a vizinhança. É preciso, no entanto, esclarecer que estas várias incursões de Tenguela embora tenham irritado o Kaabu não constituíam um perigo para este no século XVI. Em Niane, *Histoire des Mandingues*, p. 76.

¹⁸ Pélissier, *Naissance de la Guinée*.

¹⁹ Yves Person, “Problèmes de l’histoire du Gaabu”, *Ethiopiennes*, n.º 28 (1981), pp. 60-72.

outra do alto Níger, esta última com componentes mandinga e fula. Aliás, o Kaabu é um topônimo de sentido e utilização muito latas, nomeadamente com uma conotação socio-histórica. São considerados kaabunquê todos os povos que habitam o núcleo central do Kaabu, a saber os mandingas, mas também os fulas (da sub-região) e, evidentemente os bainuk, balanta, byafada, brame, etc. Segundo Djibril Diallo “no caso específico do Gaabú”, terá havido um esforço para estabelecer uma entidade coletiva, uma unidade cultural dos povos da região: “existe um certo fundo comum na organização social dos mandingas, dos tuculores, dos jalofos e dos fulas”.²⁰ E se é reconhecível um fundo comum entre as etnias citadas por Diallo, é muito mais evidente constatar o mesmo para as etnias do espaço kaabunquê. E este espaço territorial ou, se se preferir, espaço geográfico, tornar-se-á, é certo, um elemento importante para determinar os limites da influência cultural e política. Esta influência corresponde, no entanto, a uma integração econômica regional controlada pelos comerciantes “dyula” e pela aristocracia “nyantio”. Apenas a amplitude destes espaços permitia, por outro lado, o equilíbrio de trocas entre produção, acumulação interna e comércio longínquo.

O Kaabu criou um sistema de reis-clientes, segundo a expressão de Walter Rodney.²¹ Na sua opinião, o Kaabu foi principalmente um espaço de hegemonia. Esta hegemonia desdobrava-se em influências de natureza política, comercial, cultural, lingüística e religiosa.

Espaço estatal, político e guerreiro

O Estado kaabunquê caracteriza-se por um modo de produção tributário e um grau de acumulação muito reduzido. Imprime assim a noção de Estado político, através de interações atípicas que exercem uma certa atração sobre as estruturas de poder das etnias ou outros espaços englobados.

Em primeiro lugar há que dizer que certos autores portugueses recusam-se a considerar que as experiências estatais kaabunquês ou

²⁰ Djibril Diallo, “Décolonisation culturelle et unité africaine”, *Ethiopiennes*, n.º. 28 (1981), pp. 105-115.

²¹ Walter Rodney, *A History of Upper Guinea Coast 1545-1800*, Oxford, Clarendon Press, 1970.

malinquês sejam verdadeiros Estados. A título de exemplo, António Carreira diz que os mandingas quiseram fundar um Estado nesta região e nunca o conseguiram, por estarem demasiado fracionados e não reunirem as condições necessárias para uma verdadeira unidade política. Para este autor, alguns chefes malinquês pretenderam ter uma certa força política, mas não a tiveram, como não tiveram capacidade para dominar as outras etnias. Isto explicaria a utilização de métodos de domínio cultural e o desejo de mestiçagem. Carreira parece esquecer que não existe domínio cultural sem domínio político e econômico. Nas suas palavras: “virtualmente eles [as etnias da Guiné-Bissau atual] viviam sob o domínio mandinga, pelo menos no espaço cultural e, em menor grau, político”.²²

Manuel Álvares põe em causa que todos os “mansa” fossem verdadeiros malinquês; na sua opinião, tratar-se-ia antes de “gentio Sonequei natural”, dependentes de suseranos malinquês. Isto reforça a tese segundo a qual várias estruturas políticas da Alta Costa da Guiné dependiam dos “nyantio”, sem serem verdadeiras “mansayas” mandingas. Parece evidente que estas estruturas foram implantadas no próprio quadro da política “nyantio” e da estrutura kaabunquê.²³ As fontes portuguesas não nos fornecem estes detalhes, como também não o fazem para outras estruturas políticas. Esse tipo de descrição é muito mais comum nos autores árabes, franceses e ingleses, mas os primeiros cobriram esta região antes da expansão do Kaabu e os outros depois desta. Esta situação deixa-nos sem informação escrita detalhada, mas podemos supor que este gênero de domínio é tipicamente kaabunquê, ou mais precisamente “nyantio”, pois não existem outros exemplos dela no Mandé.

Um dos exemplos mais conhecidos é o de Kaza Mansa (atualmente Casamance) onde sabemos da existência dos malinquês, pelo menos desde o século XVI, através das referências de Valentim Fernandes.²⁴ Outro exemplo deste poder malinquê, por interposto “mansa”, vem-nos de Kombo, na Gâmbia. Neste caso, as tradições orais relatam uma es-

²² António Carreira, “Mandingas da Guiné Portuguesa”, *CEGP*, n.º 4 (1947), p. 67.

²³ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas de Bissau (INEP), manuscrito, *Etiópia Menor e descrição geográfica da província da Serra Leoa, pelo Pe. Manuel Álvares*, 1616.

²⁴ Valentim Fernandes, *O manuscrito de Valentim Fernandes – 1506-1510*, [Leitura e revisão das provas de António Baião], Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.

treita dependência do Kaabu e do seu Mansa Marang Wali, devida à proteção dada por este na guerra contra os diola.

De acordo com os testemunhos de todos os autores europeus, as guerras eram muito frequentes, sendo sobretudo provocadas por quere-las de sucessão e pelo desejo de ter escravos. Podemos assim compreender melhor a importância de um Estado que tinha praticamente eliminado os grandes problemas de sucessão e conseguira constituir um exército regular. Isto devia ser bastante impressionante e parece ter sido essa a situação do Kaabu. Por outro lado, o sistema “nyantio” e o governo descentralizado da “mansaya” não permitiam a acumulação dos prisioneiros de guerra num mesmo lugar e em torno de uma única pessoa.

Praticamente todo o comércio na costa estava centrado nos escravos, como nos diz Carreira em várias das suas obras. No século XVIII, este comércio atingiu mais de 80% da totalidade das exportações, motivando aliás a elaboração, pelos portugueses, de legislação importante sobre o comércio de escravos. Num dos seus últimos livros, Carreira fornece-nos pormenores sobre este comércio entre a Alta Costa da Guiné e o estrangeiro, sobretudo através dos mercadores portugueses.²⁵ Os escravos foram sempre uma das razões da expansão do Kaabu e nas guerras para os capturar desenvolveu-se a mestiçagem e o cruzamento de diferentes características culturais. Há uma ligação efetiva entre estas ações e um certo domínio cultural kaabunquê. Mas ao centrar no comércio de escravos a base do seu poder, o Kaabu foi duramente atingido pela diminuição deste comércio.

Espaço de trocas

A criação do Kaabu parece estar associada à necessidade de alargamento do espaço de trocas do Mali. A conquista do oeste era importante por causa das riquezas em ouro do Bambuk e do sal que vinha dos Rios do Sul. Existia, de fato, um mercado e um comércio longínquo centrado na troca desigual. Mas tratava-se de um mercado definido segundo a ótica de Hopkins – em termos quantitativos, por um volume e um valor para

²⁵ António Carreira, *Cabo Verde, formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1640-1878)*, 2ª ed., Instituto Caboverdiano do Livro, 1983.

as mercadorias; em termos geográficos, pela extensão no espaço; e em termos sociais, pelo número e estatuto das pessoas envolvidas nas trocas, o que influenciava a composição e o tipo de serviços ligados às mercadorias. O mercado podia assim articular-se em torno de aspectos qualitativos e quantitativos, sendo os primeiros predominantes numa sociedade como a kaabunquê e correspondendo os segundos, por exemplo, à sociedade capitalista.²⁶ A amplitude do mercado, diz Hopkins, deve estar relacionada com o número de atividades de subsistência. Existe mercado há muito, mas nem todas as sociedades têm um sistema de maximização da produção, num crescendo que se assemelha a uma saga evolucionista. É necessário alterar estas apreciações rápidas, mas é evidente que não podemos empenhar-nos – no quadro deste texto – num estudo dos sistemas de reciprocidade e redistribuirão no seio da sociedade kaabunquê.

O nosso objetivo é demonstrar a existência de trocas econômicas centradas em determinadas estruturas e mecanismos e explicar como essas trocas beneficiaram o Kaabu e, em particular, caracterizar o contexto histórico da sua expansão (centrada essencialmente no tráfico de escravos). É um exemplo de como este tipo de economia opera com o mundo exterior. Por estar muito adaptada a este tipo de trocas, a organização social pode manter-se através de séculos. Segundo as fontes de Sidibé, o Kaabu estava no centro das rotas deste comércio.²⁷ Muitas famílias “dyula” eram originárias do Kaabu, contando-se entre as mais importantes os Dansó e os Bayó. Uma das maiores famílias “dyula”, de acordo com estas mesmas fontes, foi a de Momadi Konté, que fez fortuna com o comércio do algodão e dos tecidos e roupas de algodão e teria possuído uma grande quantidade de escravos em sua indústria têxtil artesanal. Diz-se, aliás, que uma parte dos impostos devidos ao Kaabu-Mansa-Ba eram pagos em roupas e tecidos, que podiam ser utilizados como moeda.

Segundo Hopkins, havia três tipos de comércio nos espaços pré-coloniais da África Ocidental.²⁸ A sua explicação é perfeitamente plausível e aplicável ao Kaabu. Embora não existam elementos suficientes

²⁶ A. C. Hopkins, *An Economic History of West Africa*, Londres, Longman, 1972.

²⁷ Sidibé, “The Story of Kaabu”

²⁸ Hopkins, *An Economic History of West Africa*.

para detalhar com certeza a evolução do comércio kaabunquê pode-se imaginar que seguissem o seguinte processo de maturação:

- Uma primeira forma de comércio nascida das necessidades imediatas das populações próximas umas das outras, que trocavam os seus produtos em pequenos mercados locais. Tratava-se de um comércio muito reduzido, com base no qual foram criados mercados mais importantes, que cobriam já uma pequena região (a partir de limites físicos naturais, como por exemplo, entre dois rios etc.). A variação dos recursos humanos e naturais e as características das relações de produção nas diferentes comunidades, assim como a especialização produtiva de certas etnias e as necessidades de interação, provocaram o nascimento de pequenas redes de comércio a curta distância.

- Uma segunda evolução a partir da experiência de algumas más colheitas, que tinha também inspirado a necessidade de cultivar um pouco mais e armazenar o excedente. Todavia, o fato de estes estoques não serem necessários fazia com que aparecessem à venda, nos pequenos mercados, a troca de produtos desconhecidos ou de melhor qualidade. Com muita frequência, os estoques eram consumidos em festas ou outras ocasiões, mas existem limites para o que é possível comer, o que fez aumentar os circuitos de troca e o mercado.

- E, finalmente, algumas categorias sociais começaram a produzir já com a troca em mente e, pouco a pouco, abandonaram outras atividades correntes, para poderem especializar-se no que sabiam fazer melhor. Na fronteira das zonas ecológicas, separando regiões de diferentes condições culturais, estes mercados ampliaram-se e aumentou o comércio a curta distância.

Tudo isto contribuiu para a reputação de certas regiões ou comunidades que se distinguiam pela qualidade da sua produção em certos domínios, tornando-se lógica a procura dos seus produtos. Neste sentido, tornou-se cada vez mais necessário percorrer regiões longínquas para chegar a ilhas isoladas de produtores e consumidores. Esta tarefa exigia um conhecimento dos lugares e serão os “dyula” a se especializar nestas viagens.

Os “dyula” organizaram as suas rotas de forma a contemplarem a maior diversidade de produtos possível. O comércio de longa distância

permitiu também o estabelecimento das primeiras verdadeiras redes de comunicação, contribuindo assim para o desenvolvimento das trocas culturais.

Espaço cultural e lingüístico

A influência malinquê é visível nos ornamentos, roupas, vocábulos e língua, particularidades da vida doméstica, alimentação, tipo de construções e, por fim, na religião e estruturas de poder. A linhagem matrilinear exerceu uma enorme influência em toda a extensão do Kaabu, mas ultrapassou largamente as suas fronteiras, atingindo todos os Estados vizinhos de origem mandinga.

O surgimento do crioulo é, no entanto, o aspecto mais importante para a integração cultural deste espaço. É desde já importante sublinhar que a base vocabular africana do crioulo parece provir fundamentalmente do mandinga, como confirmam diversos estudos desta língua. Em todo o caso, esta língua nasceu no século XVI, num período em que os malinquês dominavam já o comércio na região e o Kaabu estava em expansão e desenvolvimento. É provável que os contatos políticos e comerciais se fizessem nas duas línguas principais: o mandinga e o português. Não é estranho portanto que o mandinga seja considerado um veículo importante da constituição do crioulo.

O mandinga também influenciou o vocabulário de muitas outras línguas oeste-atlânticas e, devido à islamização, foi ele próprio influenciado pela língua árabe. A penetração do vocabulário árabe no mandinga é muito maior do que na língua pular dos fulas, o que demonstra a existência de uma penetração cultural árabe mais forte entre os primeiros.

No seu conjunto, o espaço cultural e lingüístico kaabunquê conhece a sua primeira expansão sobretudo no século XVII, e a prova mais evidente disso nos é dada pelas fontes escritas do século XVIII, que consideravam a região um espaço homogêneo, com culturas próximas e uma nítida predominância jalofa a norte do Gâmbia e um território sob influência malinquê do Gâmbia até Serra Leoa. O espaço cultural kaabunquê era um dos marcos da constituição de uma identidade da região baseada num espaço político e estatal.

Espaço religioso

O espaço religioso kaabunquê caracteriza-se pela longa coexistência de duas religiões: o animismo e o Islã. Estas duas formas de crença coexistiram pacificamente no Kaabu, mas estiveram também na origem da sua destruição. O animismo que tanto irritava os europeus e árabes – os idólatras, os cafres – não mereceu a mesma oposição por parte dos primeiros que a exercida por eles contra o Islã. Os europeus sentiam na crença muçulmana uma concorrência em todos os domínios: cultural, político e sobretudo econômico. A verdade é que, mesmo hoje, a cristianização nunca pôde penetrar na região, talvez por causa do mosaico religioso corresponder a uma profunda homogeneidade sociocultural. Por outro lado a influência islâmica tem contornos diferentes a norte e a sul dos Rios de Guiné do Cabo Verde, onde, graças aos jalofos e fulas, a penetração muçulmana é muito forte, e com a influência de seitas clericais diferentes das que marcam o islamismo malinquê.

Conclusões

A história do Kaabu é fundamentalmente uma história de conflitos. Voltando ao exemplo de Amselle sobre o fato de a confrontação direta entre os exércitos francêss e tuculor contribuir para acentuar a tendência de cada uma das partes e ao mesmo tempo de exacerbar as suas diferenças, temos que também os conflitos nos Rios de Guiné do Cabo Verde são os protagonistas de processos de formação de identidades por assimilação ou diferenciação.²⁹ A zona de influência kaabunquê é geograficamente diferente conforme se determinam as relações multiplicadas, segundo a definição proposta por Mabogunje, em termos políticos, econômicos, culturais, lingüísticos ou religiosos.³⁰ São também diferentes estas influências em termos temporais, sendo impossível classificar com exatidão de uma forma contínua a geografia destes espaços. Estamos em presença de um fenômeno que reforça a idéia de negociações permanentes de identidade, uma lógica em que a mistura prevalece sistematicamente. Uma lógica mestiça.

²⁹ Amselle, *Logiques métisses*, p.12.

³⁰ Mabogunje, *The Development Process*.

É a partir destas conclusões que se pode fazer uma nova leitura da etnicidade, demonstrando a tese de que formas de apropriação de etnônimos – primeiramente atribuídos por outrem, sejam eles colonizadores ou povos ou grupos vizinhos – acabam por dar origem a novas identidades. A simplificação e tipologia para a leitura historiográfica da África medieval é certamente terreno difícil. Mas não se caia no erro de pensar que as simplificações e tipologia são o apanágio apenas de historiadores europeus. Muitos africanos, intérpretes da nova historiografia africana, cometem o mesmo erro, na sua vã tentativa de fazer comparações apressadas com realidades históricas de outros espaços de influência.

A evolução do espaço kaabunquê é muito peculiar. A colonização acabou por repartir o território em três enseadas: Gâmbia para a Inglaterra, Casamance para a França e Geba-Corubal para Portugal. Cada um destes pedaços acabou obviamente por ter dificuldades de integração às novas lógicas espaciais. Isto é sobretudo evidente a norte do Gâmbia onde a afirmação de uma ordem jurídica e administrativa passou pela igual afirmação da identidade lingüística, cultural e política dos jalofos. Por natureza os jalofos foram sempre um outro mundo, até porque o seu Islã, de uma confraria diferente das do Kaabu, era muito mais puro. A sul um processo algo similar de distinção separa o mundo Susu do anterior espaço kaabunquê. No entanto, neste caso, as fronteiras territoriais, primeiro da Guiné portuguesa, e depois da Guiné Bissau, coincidem com a delimitação natural do anterior Kaabu.

Após as independências estes espaços nunca se consolidaram, desenvolvendo permanentes conflitos que incluem uma instabilidade permanente: golpes de Estado na Gâmbia, criação e depois desmantelamento da Confederação da Senegâmbia, lutas independentistas na Casamance, e mais recentemente guerra civil na Guiné Bissau, são desenvolvimentos que apontam para um denominador comum: intervenção de vizinhos nos processos. E a fonte de toda essa instabilidade tem uma leitura histórica. Este não é o único fator, mas é certamente um a ter em conta.